

A & E SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA

CNPJ: 11.171.095/0001-22



A & E SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA

CNPJ: 11.171.095/0001-22

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IRUPI/ES

Senhor: Daniel Emerick de Oliveira – Presidente da CPL

Ref.: TP (Tomada de preços) 005/2022

Processo: 0422/20212

A&E SERVICOS CONTABEIS, CNPJ nº 11.171.095/0001-22, sediada no Município de ANCHIETA, nos CARLOS RUBENS FLORES, nº 156, CEP 29.230-000 (CEP), vem, por seu representante legal, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

supra mencionado, que faz nos seguintes termos:

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO



TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE

Nos termos do disposto no instrumento originário, consignamos no item 2.6.1, do Edital e art. 42 da Lei de Licitações, que toda e qualquer licitante pode impugnar o presente instrumento convocatório em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

Portanto, considerando que o CNPJ da impugnante contempla o objeto licitado, demonstrada a legitimidade e tempestividade da presente impugnação.

FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

Os princípios que regem as licitações públicas veem insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com destaque à supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar algumas restrições e ilegalidades que maculam o certame, conforme passa a demonstrar.

EXIGÊNCIAS DESCABIDAS PARA O PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DO OBJETO E RESTRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO:

No presente caso, extrapolando a finalidade contida na lei, o edital, previu praticamente as mesmas exigências abusivas, tais como as previstas no item 7.2.4.2, *in verbis*:

DAS CLAUSULAS MANIFESTAS IMPUGNÁVEIS:

CAPÍTULO III - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as empresas:

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO



- Do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídos;
- Que atendam as condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

Já quanto a necessidade do cadastro de fornecedor, item 3.3, este não pode ser uma exigência da Municipalidade para participação, ter a obrigatoriedade de efetuar tal cadastro, tendo em vista que o licitante cumpre todas as demasiadas exigências deste edital, pois além de onerar o licitante a própria obrigatoriedade se confunde com o item 4.2, que deixa claro que mesmo sendo apresentado O CRC, o licitante não está eximido de apresentar toda documentação do edital, então qual a finalidade do cadastro de fornecedores neste edital? Diante do exposto impugna este item, e pede republicação do respectivo instrumento convocatório pois extrapola as obrigatoriedades previstas em lei, além de proporcionar um custo alto para o licitante.

3.3 As empresas interessadas em participar do certame deverão efetuar o cadastramento junto ao departamento responsável da Prefeitura Municipal de Irupi/ES, ou atender a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, em conformidade com o art. 22, § 2, da Lei n. 8.666/93.

7.2.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1 A Proponente deverá apresentar RELAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA indicando, no mínimo, 02 (dois) responsáveis técnicos, com comprovação de Bacharelado em Ciências Contábeis e com devido registro no CRC, que acompanharão a execução do objeto.

Impugnar: A empresa não está obrigada a demonstrar a equipe técnica disponível, somente estando obrigada quando da participação do certame em informar que atende aos requisitos do edital e “tem em seu quadro equipe para atendimento do objeto”, diante do injusto requisito, impugna o edital e pede republicação.

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO

As Licitantes deverão apresentar a Declaração de Disponibilidade dos profissionais indicados no item acima, com reconhecimento de firma, de que se encontram disponíveis para a prestação de todos os serviços previstos no presente edital, exceto se este estiverem na qualidade de sócios.

Impugnar: A desnecessidade de ter composição de quadro já formado, extrapola o objeto do edital, demonstrando um excesso de restrições, motivo que pede o acatamento do presente e republicação do respectivo instrumento.

Deverá apresentar Certidão expedida pela entidade profissional competente (CRC), comprovando a inscrição e habilitação para o exercício da profissão por parte de todos os profissionais, sócios e não sócios, que prestarão os serviços objeto desta licitação.

Impugnar: A exigência deste item, fere a legislação vigente, pois a simples apresentação de carteira de habilitação ou certidão simples dos profissionais que comporão a equipe é suficiente para atendimento ao objeto;

- d) A Licitante deverá apresentar comprovação do vínculo de cada profissional da equipe técnica, de que integram os quadros da empresa na qualidade de sócio, empregado, contratado ou prestador de serviços.

Impugnar : Não é necessário comprovar a equipe técnica apenas o responsável técnico, pois após sagrar vencedor a empresa poderá escolher outros profissionais para atender a demanda e ao contrato firmado, sendo desnecessário essa demonstração neste momento, se tornando uma exigência absurda e sem qualquer justificativa com o escopo do objeto.

1 . Ao menos 01 (um) dos responsáveis técnicos indicados pela licitante deverá comprovar
bacharelado em Contabilidade/Ciências Contábeis e a especialização em Contabilidade e Auditoria Pública.

Impugnar: **Item totalmente improcedente, pois se a exigência é profissional inscrito no CRC, qual a finalidade deste ser Bacharel? ou o profissional é Contador, técnico contábil ou bacharel, sendo que a exigência é abusiva para os itens**

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO





especialização, pois o edital requer contadores e não bacharéis apenas;

P.2) Capacidade Técnico-Operacional: Para comprovação da Capacidade Técnico-Operacional, os proponentes deverão apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado e assinado pelo responsável, da empresa ou do órgão público que está declarando, com o reconhecimento de firma do signatário, devendo constar os dados contratuais dos serviços (número, ano vigência e Processo de Contratação), devidamente chancelado pelo CRC, por reprodução de cópias autenticadas ou originais, que comprovem a empresa licitante já tenha executado objeto com características semelhantes desta licitação (Contabilidade Pública).

Impugnar: O item acima tem a finalidade de comprovar apenas que a empresa já prestou serviços contábeis, não sendo necessário a demonstração, tampouco chancela do CRC para a finalidade proposta, pois além do escopo previsto para a atividade não estar objetivo, apenas é redundante no quesito prestação de contas, o que por si só se torna equivocada estas exigências, sendo que ao enviar uma , já existe aptidão.

1. **Capacidade Técnico-Profissional:** os proponentes deverão apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado (que preste informações e contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES), em papel timbrado e assinado pelo responsável, da empresa ou do órgão público que está declarando, com o reconhecimento de firma do signatário, devendo constar os dados contratuais dos serviços (número, ano vigência e Processo de Contratação), devidamente chancelado pelo CRC, por reprodução de cópias autenticadas ou originais, que comprovem que **os Responsáveis Técnicos** indicados já tenham executado objeto com características semelhantes deste Termo de Referência.

Impugnar: A empresa não opera “automaticamente”, sendo necessário que alguém execute os trabalhos, contudo a exigência do profissional e da empresa possuírem “certidão” de acompanhamento junto ao tribunal de contas, fere o instituto da impessoalidade dos atos praticados, pede exclusão desse item e posterior republicação do instrumento.

2. As características para comprovação da capacidade técnico-profissional operacional da licitante, na forma do art. 30, I, da Lei Federal nº 8.666/93, serão analisadas as semelhantes e compatíveis ao objeto licitado, no que tange à Contabilidade Pública para o Poder Executivo.

Impugnar: A exigência se encontra em desconexão com o tema proposto, deixando claro que são exigências visando constranger a participação de novos licitantes, pois não tem o fundamento de aferir a correta prestação ao objeto final ora proposto, além do mais fica claro que é uma licitação de suporte contábil, não sendo justificável a necessidade de advogados ou bacharéis em direito, tampouco bachareis em contabilidade e sim Contadores apenas ou no mínimo técnicos contábeis.

CAPÍTULO VII - DA PROPOSTA TÉCNICA - ENVELOPE N.º 02

a) Serão aceitos, no máximo, a indicação de 05 (cinco) profissionais para compor a Equipe Técnica Contábil de cada licitante.

Impugnar: solicita a retificação também desta exigência, pois limita o número de profissionais, sendo que mantém a desconexão com o objeto principal, pois caso a empresa licitante possua outros profissionais em seu quadro, estaria limitado a comprovar apenas um certo quantitativo? Qual a finalidade qual a aferição desta demonstração? Em qual setor seria a atuação de tal profissional?

8.1 REQUISITOS PARA PONTUAÇÃO

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO

**8.1.1 PONTUAÇÃO DO TEMPO DE EXPERIÊNCIA E INSCRIÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (P1)**

REQUISITO BÁSICO	PONTOS
1) Declaração que comprove registro no CRC do responsável técnico da pessoa Jurídica até 5 anos. <u>Impugnar: Qual a finalidade desse tempo de comprovação para esse tipo de certame, tendo em vista que diversos licitantes podem atender as exigência em certidão expedida por órgão publico ou privado?</u>	05
2) Declaração que comprove registro no CRC do responsável técnico da Pessoa Jurídica ACIMA DE CINCO ANOS COMPLETOS até 9 anos, 11 meses e 29 dias. <u>Impugnar: Qual a exigência desse tempo absurdo para o objeto proposto? Em dias contados? Em qual procedimento contábil ele se encontra opu se encontrará ionserido? O profiissional contábil que tiver tempo menor não poderá atuar e trabalhar em certames de assessoria?</u>	10
3) Declaração que comprove registro no CRC do responsável técnico da Pessoa Jurídica ACIMA de 10 anos completos. <u>Impugnar: Qual aintencao dessa declaração no objeto proposto, sendo que o próprio CRC não exige tal tempo de atividades para inscrição em seus quadros?</u>	15

8.1.1.1 Comprovação da pontuação: Os requisitos acima deverão ser comprovados mediante apresentação de declaração expedida pela Órgão de Classe em papel timbrado comprovando que o tempo de inscrição.

8.1.2 PONTUAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA DOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE TÉCNICA – ÁREA CONTÁBIL (P2)

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO



REQUISITO BÁSICO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1) Profissional com formação em nível superior em Ciências Contábeis, com registro no CRC.	02	10
2) Profissional com formação técnica em Contabilidade, com registro no CRC.	01	05
3) Profissional com registro no CRC e com especialização (Pós Graduação) Lato Sensu em Contabilidade e Auditoria Pública, Gestão de Políticas Públicas, Controle Interno, Gestão, dentre outros.	05	10
4) Profissional com registro no CRC e com especialização (Mestrado) em Contabilidade ou áreas afins.	06	12
5) Profissional com registro no CRC e com especialização (Doutorado) em Contabilidade ou áreas afins.	07	14

Impugnar: O critério de pontuação está sendo aplicado equivocadamente por essa administração, pois tem o explícito intuito de restringir a participação de novos licitantes, deixando claro e evidente que o objeto da licitação está em desconformidade com tais exigências, pois o escopo da proposta e do termo de referência, não tem a descrição correta onde cada profissional irá atuar, tampouco a descrição de tempo, mostrando que o termo de referência está incompleto ou sem a devida justificção.

8.1.2.1 Comprovação da pontuação: Os requisitos deverão ser comprovados mediante apresentação de certificado de conclusão dos cursos supra referidos.

8.1.3 PONTUAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE TÉCNICA – ÁREA CONTÁBIL (P3)

REQUISITO BÁSICO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA por profissional
------------------	--------------------	-----------------------------------

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO

Comprovação de aptidão, mediante a apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente <u>chancelado pelo CRC/ES</u> , onde estejam contemplados serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta Licitação. Para cada atestado de capacidade técnica apresentado, que contenha o nome do profissional indicado pela licitante como executor/responsável técnico, será considerado 01 (um) ponto. Será permitido no máximo 05 atestados por profissional.	01	05
Pontuação máxima: 25 pontos		

Impugnar o item acima: exigência absurda de atestados. A exigência de apenas um atestado que seja SIMILAR com o objeto proposto, servirá como documento par a comprovação, além disso caso a empresa venha na celebração do contrato não cumprir as atividades ai sim poderá ser penalizada, contudo, diga-se de passagem não estão explícitos quais atividades serão presenciais e tampouco deixa claro quais as composições administrativas atuarão, o resultado de um termo de referencia sem a devida motivação mostra que essas exigências são cláusulas puramente restritivas à participação no certame.

Veja que o próprio item 8.3 do edital , prevê que Os atestados de capacidade técnica que serão apresentados devem contemplar objeto semelhante ao do presente edital, no que tange à Contabilidade Pública e deverão ser apresentados em Cópia autenticada ou original, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado e assinado pelo responsável, da empresa ou do órgão público que está declarando, com o reconhecimento de firma do signatário, devendo constar os dados contratuais dos serviços (número, ano vigência e Processo de Contratação).

8.1.4 PONTUAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA EQUIPE TÉCNICA – ÁREA CONTÁBIL (P4)

REQUISITO BÁSICO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA por profissional
------------------	--------------------	-----------------------------------

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO





1) Comprovação da licitante possuir em sua Equipe Técnica profissional(is) que possuam curso de aperfeiçoamento ou extensão, com carga horária entre 8 e 12 horas.	0,5	2,0
---	-----	-----

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO

2) Comprovação da licitante possuir em sua Equipe Técnica profissional(is) que possuam curso de aperfeiçoamento ou extensão, com carga horária entre 13 e 19 horas .	01	4,0
3) Comprovação da licitante possuir em sua Equipe Técnica profissional(is) que possuam curso de aperfeiçoamento ou extensão, com carga horária acima de 20 horas .	1,5	6,0
Pontuação máxima: 60 pontos		

Impugnar: A exigência de cursos sem a descrição e a devida finalidade visa nitidamente a restringir a participação, pois além do objeto não estar delimitado a tantas exigências, estes são meramente bloqueadores de novos participantes, não oportunizando a melhor proposta e mais vantajosa para a administração pública, alias analisando o quadro acima que solicita cursos de 13/19 e 20 horas sem a descrição porquer e para que, valerá cursos de outras areas? EAD, presencial, veja nobre presidente da CPL, que existe uma falta de conexão com o objeto principal que é contabilidade, motivo do pedido de exclusao destes itens restritivos à participação de novas licitantes, cofnorme preceitua a lei 86656/93 e orioentações do TCE/ES..

8.1.5 PONTUAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE TÉCNICA – ADMINISTRAÇÃO (P5)

REQUISITO BÁSICO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1) Profissional com formação em nível superior em ADMINISTRAÇÃO, com registro no CRA.	02	02
2) Profissional com registro no CRA e com especialização (Pós Graduação) Lato Sensu em Gestão de Políticas Públicas, Controle Interno, Gestão Pública, Gestão Municipal ou áreas afins à Administração Pública.	05	ilimitada

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO





<p>3) Comprovação de aptidão, mediante a apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde estejam contemplados serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta Licitação, devidamente <u>chancelado pelo CRA/ES.</u></p> <p>Para cada atestado de capacidade técnica apresentado, que contenha o nome do profissional indicado pela licitante como executor/responsável técnico, será considerado 01 (um) ponto.</p> <p>Será permitido no máximo 05 atestados por profissional.</p>	01	05
Pontuação máxima: 27 pontos		

Impugnação: O objeto proposto é contabilidade pública, qual a finalidade de ter profissionais administradores nesse certame e ainda assim terem pontos contabilizados para o objeto proposto? O interesse da administração pública deve estar voltado para a melhor proposta e técnica, essas exigências meramente restritivas, não tem o condão de apurar o melhor quadro que atendera o objeto proposto, a propósito se o item "2" do edital tem uma contagem ilimitada, como a pontuação máxima é 27? .

8.1.5.1 Deverá ser apresentado Certificado de Registro do Profissional junto ao CRA/ES.

8.1.5.2 A Licitante deverá apresentar cópia autenticada do Diploma de Bacharel em Administração do Profissional indicado.

Impugnar: Os itens acima se mostram ineficazes e desarrazoados quando da escolha da melhor proposta, veja que somente visa em um formato clássico demonstrar um direcionamento desarrazoado no objeto proposto, pois mesmo que a função de administrador tenha análises financeiras que são matérias afeta a contabilidade, para este objeto em praticamente nada se enquadra para atendimento do objeto proposto, pois o termo de referencia além de exigir itens restritivos, não está preciso quanto a esta exigencia.

8.1.5.3

8.1.5.4 Os atestados de capacidade técnica que serão apresentados devem contemplar objeto semelhante ao do presente edital, no que tange à Contabilidade Pública e deverão ser apresentados em Cópia autenticada ou original, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado e assinado pelo responsável, da empresa ou do órgão público que está declarando, com o reconhecimento de firma do signatário, devendo constar os dados contratuais dos serviços (número, ano vigência e Processo de Contratação).

Impugnar: Objeto idêntico aos requisitos contábeis, demonstrando de forma cabal que tal exigência é restritiva de participação e estreita burla a lei 8666/93 e 14.133/21, pois nesse item há nítida confusão com os anteriores que são restritivos, este demonstra que os "Atestes" tem de ser semelhantes, impugna o presente e requer uniformização de entendimento.

8.1.5.5 Atestados que contemplem os nomes de mais de um profissional relacionado pela empresa licitante, poderão ser apresentados uma única vez, valendo-se cada profissional do ponto a ser atribuído unitariamente.

8.1.6 PONTUAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL DA LICITANTE (P6)

Item	Descrição dos quesitos	Pontuação unitária	Pontuação máxima
a)	Comprovação de experiência da licitante na prestação de serviços relacionados ao objeto desta licitação, especificamente prestado a órgãos públicos do Poder Executivo, devidamente <u>chancelado pelo CRC/ES</u> , com vigência contratual entre 06 e 12 meses.	0,5	2,5
b)	Comprovação de experiência da licitante na prestação de serviços relacionados ao objeto desta licitação, especificamente prestado a órgãos públicos do Poder Executivo, devidamente <u>chancelado pelo CRC/ES</u> , com vigência contratual acima de 12 meses.	1,0	5,0

c)	Comprovação de experiência da licitante na prestação de serviços relacionados ao objeto desta licitação, especificamente prestado a órgãos públicos do Poder Executivo, devidamente <u>chancelado pelo CRC/ES</u> – Atestado emitido no ano em curso ou exercício anterior.	0,5	2,5
d)	Comprovação de experiência da licitante na prestação de serviços relacionados ao objeto desta licitação, especificamente prestado a órgãos públicos do Poder Executivo, devidamente <u>chancelado pelo CRC/ES</u> – Atestado emitido entre 02 e 05 anos anteriores a data de abertura da licitação.	1,0	5,0



e)	Comprovação de experiência da licitante na prestação de serviços relacionados ao objeto desta licitação, especificamente prestado a órgãos públicos do Poder Executivo, devidamente <u>chancelado pelo CRC/ES</u> – Atestado emitido há mais de 05 anos anteriores a data de abertura da licitação.	2,0	10,0
f)	Comprovação de experiência da licitante na prestação de serviços relacionados ao objeto desta licitação, especificamente prestado a órgãos públicos para auxílio na elaboração de Legislação Contábil (PPA, LOA e LDO), devidamente <u>chancelado pelo CRC/ES.</u>	3,0	9,0
g)	Comprovação de experiência da licitante na prestação de serviços relacionados ao objeto desta licitação, especificamente prestado a órgãos públicos – poder legislativo, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias, fundações públicas, devidamente <u>chancelado pelo CRC/ES.</u>	1,0	5,0
h)	Comprovação de experiência da licitante na prestação de serviços relacionados ao objeto desta licitação, especificamente na elaboração de justificativas, Defesas, Sustentação Oral no âmbito de processos administrativos no âmbito do Tribunal de Contas, e que contou com a atuação de profissional(is) que compõe a Equipe Técnica indicada pela licitante.	2,0	4,0
i)	Comprovação da licitante de possuir Equipe Técnica formada por profissional devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – com cópia autenticada da Carteira Profissional. A Licitante deverá apresentar a Declaração do profissional, ratificada pela Licitante, de que integram na qualidade de sócio ou contratado, os quadros da empresa, e/ou de que se encontra disponível para a prestação de todos os serviços previstos no presente edital.	3,0	3,0
j)	Processo(s) administrativo(s) perante qualquer Tribunal de Contas, especificamente relacionados à “Contas Anuais” (PCA) que contou com a atuação de	0,5	2,0

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO



profissional(is) que compõe a Equipe Técnica indicada pela licitante.	
---	--

Pontuação Máxima: 48 pontos

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO

Impugnar: O bloco acima de pontuação se torna desarrazoado ao tempo, que será computado inclusive a participação de advogado? Onde está insculpido no termo de referencia em epigrafe, a participação de uma equipe multidisciplinar para tratativas meramente contábeis? Seria mais usual a presença quando necessárias de técnico contábil, perito contábil entre outras atinentes a atividade contábil, diante da mera demonstração para restrição, requer exclusão do bloco pontual e republicação do edital.

CAPÍTULO X - DOS PROCEDIMENTOS E JULGAMENTO

Em que pese constar a ressalva que a juntada da declaração não irá **credenciar ou descredenciar**, se mostra abusiva, pois o direito a interposição de recurso é item obrigatório e legal, não devendo nenhum licitante abrir mãos desse recurso em nenhuma hipótese, possível contudo o licitante manifestar no momento oportuno a desistência desse recurso caso não tenha interesse, pede republicação do presente, pois a antecipação de expedição de declaração causa um impasse sem real justificativa.

Abaixo transcrição e indicação do item no edital.

TERMO DE DESISTÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

OBSERVAÇÃO: O referido documento visa unicamente agilizar o andamento do processo na hipótese da empresa interessada não se fazer representar por pessoa devidamente credenciada, sendo que sua não apresentação, não implicará na inabilitação ou desclassificação do proponente.

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO



Ocorre que tal qualificação desborda do mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, conduzindo à restrição ilegal da licitação.

A lei de licitações, em seu Art. 3º, ao dispor sobre o edital e objeto licitado, previu expressamente que:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, **cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes **ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato**, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Portanto, qualquer exigência que não disponha de motivação técnica/jurídica suficiente a justificar a restrição, torna-se ilegal e abusiva.

Ocorre que no presente caso, ao incluir na descrição do objeto pontuação para participação de licitante que possua os requisitos mínimos, fixa que o edital restringe a ampla competitividade sem qualquer fundamento técnico.

Afinal, o objetivo do certame é **“Prestação de serviços especializados de Assessoria e Consultoria presencial (semanal) em Contabilidade Pública, e apoio técnico para acompanhamento operacional com a implementação de rotinas administrativas nas áreas de contabilidade e**

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO



finanças, além de apoio consultivo nos processos administrativos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, e auxílio na Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, Elaboração da Prestação de Contas de Governo, junto às Secretarias Municipais, com vistas à implementação e atendimento das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP),

conforme serviços descritos no Termo de Referência" o que pode ser plenamente atendida de forma remota e sem a necessidade de constar "cartão de ponto" com atendimento presencial, demonstrando que não está vinculado o quantitativo de dias na semana e no mês que a empresa deverá estar presente, tampouco no referido objeto fica demonstrado a necessidade de advogado para atuar no objeto proposto, reitera que os serviços são de natureza contábil, pois para exigir serviços de natureza administrativa, deverá ser demonstrado em quais áreas deverá a empresa atuar., pois a contratação se refere a **ASSESSORIA E CONSULTORIA** e não processo seletivo, ou outra forma de admissão.

Contudo é de suma importância que essa comissão, observe os valores praticados no mercado, o que nessa elaboração de proposta se torna totalmente desarrazoado, mostrando que o edital pode possuir inclinação para um possível direcionamento de empresas locais, o que desvirtuará o caráter competitivo., verifica-se também que ao exigir composição de equipe técnica os valores para cada profissional deveriam estar demonstrados o custo e base lucro que a empresa deverá possuir, contudo ausente neste certame se tornando desarrazoado e com restrição a participação de novos licitantes.

Ou seja, tem-se evidenciada uma restrição infundada, cujo direcionamento do certame será inevitável, o que é amplamente vedado pelos tribunais:

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO



REPRESENTAÇÃO. PEDIDO CAUTELAR, SUPOSTA IRREGULARIDADE CARACTERIZADA POR RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE CAUSADA POR DISPOSITIVO DO EDITAL. SUSPENSÃO CAUTELAR DA LICITAÇÃO. REFERENDO. (TCU, ACÓRDÃO 432/2019 ATA 6/2019 - PLENÁRIO, Relator(a): RAIMUNDO CARREIRO, Data da sessão: 27/02/2019, #93201248)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROMANADA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÕES. MEIO DE EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA E TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MENOR QUE 1% (UM POR CENTO). RESTRIÇÃO PREVISTA NO EDITAL. PROVÁVEL ILEGALIDADE. FUNDAMENTO RELEVANTE E RISCO DE INEFICÁCIA DA MEDIDA. REQUISITOS PREENCHIDOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. Cuida-se de Agravo Interno, autuado sob o nº. 0623396-85.2018.8.06.0000/50000, interposto pelo ESTADO DO CEARÁ em face de Decisão Interlocutória proferida por esta Relatora (fls. 175/180), nos autos do Agravo de Instrumento agitado nos autos do Mandado de Segurança (nº 0623396-85.2018.8.06.0000) impetrado por FA2F-ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, na qual deferi parcialmente o pedido de...« (+245 PALAVRAS) »... tutela recursal, por vislumbrar o preenchimento dos requisitos legais para tanto. 2. Não conformado, o ente público agravante interpôs o presente recurso, no qual sustenta, às

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO



fls. 01/12, que o edital em comento se encontra absolutamente de acordo com os mais recentes julgados, inclusive deste Tribunal de Justiça, estabelecendo critério razoável e objetivo para aferição da exequibilidade da proposta. 3. Pois bem. É cediço na jurisprudência que não pode o Poder Público estipular taxa mínima de administração, residindo esta no campo da liberalidade do licitante, cabendo a este apresentar sua proposta conforme seu interesse, além de representar contrassenso tal exigência quando se tem como critério de avaliação da proposta o menor preço, o qual representaria uma maior vantagem para a Administração Pública que teria custos mais reduzidos para a prestação do mesmo serviço. 4. Nessas razões, constata-se a possível violação ao disposto no art. 40, X, da Lei nº. 8.666/93 (Redação alterada pela Lei nº. 9.648/98), aplicável subsidiariamente à Lei do Pregão, conforme preleciona seu art. 9º, infringindo os princípios que regem a Licitação, e impedindo a própria Administração Pública de, em tese, buscar as propostas mais vantajosas, visando assim o interesse público. 5. Assim, apesar de ser de competência da Administração Pública o exercício do controle quanto à justiça e viabilidade econômica das ofertas e propostas submetidas à exame, esta última, valendo-se de suas prerrogativas, não pode desobedecer a legislação, olvidando-se de realizar contratações de maior interesse às necessidades públicas. 6. Desta feita, não havendo previsão legal de cláusulas ou condições que restrinjam o caráter competitivo do certame, verifica-se a plausibilidade do

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO



direito e a lesão de difícil reparação do Agravante, ante a possível ilegalidade, devendo ser afastadas, inclusive, pela própria Administração, quando patente o mencionado vício, que não pode impedir os concorrentes a apresentarem a exequibilidade de seus contratos por documentos suficientemente idôneos. 7. Por tais razões, à medida que se impõe é a manutenção da decisão vergastada, sendo imperioso o afastamento, parcialmente, das cláusulas previstas na norma editalícia permitindo a participação da Recorrida no certame, desde que comprove, efetivamente, a exequibilidade de sua proposta. 8. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida. (TJ; Relator (a): LISETTE DE SOUSA GADELHA; Comarca: Fortaleza; Órgão julgador: 12ª Vara da Fazenda Pública; Data do julgamento: 11/03/2019; Data de registro: 12/03/2019, #63201248)

. Razões pelas quais, requer a imediata suspensão do edital para adequação aos termos da lei, com a retirada das exigências apontadas, pois o serviço de consultoria e assessoria não pode ser caracterizado pelo condão de subordinação como está descrito no instrumento convocatório e restrição à participação como esta desenhado, se mostrando ineficaz quanto ao objetivo final a apresentação de tantas exigências, sem ao menos a administração demonstrar em qual área irá atuar, onde, dias e locais e colacionando a real necessidade do setor.

Agregue ainda qual finalidade específica está sendo contratado a consultoria, pois está manifestado possível imprecisão do objeto e condicionante de cláusulas restritivas.

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO



A&E SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA

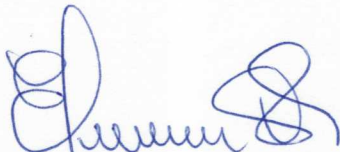
CNPJ: 11.171.095/0001-22

Ou seja, tais exigências desbordam do mínimo razoável admitido à legislação, doutrina e ampla jurisprudência acerca da matéria, **devendo ser retirados.**

Diante de todo o exposto, **REQUER a imediata suspensão do processo de forma a possibilitar a revisão dos itens supra referidos**, de modo a ser excluída a exigência contida nos itens delineados, possibilitando assim a manutenção da lisura e legalidade do certame.

Nestes termos, pede Deferimento.

Anchieta, 26 de julho de 2022



A&E SERVIÇOS CONTÁBEIS ME

ELIANA TEODORO SARAIVA ROVETTA

CNPJ: 11.171.095/0001-22

RUA CARLOS RUBENS FLORES, Nº 156. SALA 01 - JUSTIÇA - CEP: 29.230-000

ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO